
SUMÁRIO

ARTIGOS E PARECERES**ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NOS MUNICÍPIOS: A CARREIRA DO AUDITOR TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E A LEGITIMIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Cleide Regina Furlani Pompermaier 312

O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS – E O ASPECTO ESPACIAL DE SUA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Henrique Kazuo Uemura 318

ART. 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: A POLÊMICA DAS DESPESAS LÍQUIDAS E PREEXISTENTES

Flávio C. de Toledo Jr. 337

ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA: BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 116/2003

Geovane Basilio da Silva 341

TRIBUNAIS DE CONTAS**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Despesas irregulares e contratação direta sem a devida fundamentação 346

Superfaturamento em obra e irregularidade no processo licitatório 355

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Limites para concessão de adiantamento 360

EMENTÁRIO

Despesa – Sem prévio empenho – Ausência de formalização de contrato – Ilegalidade 367

Recurso público – Aplicação indevida – Irregularidade das contas do gestor 367

Pagamento indevido – Horas-extras – Incompatibilidade com a Lei n. 8.112/1990 367

Possibilidade de execução de obra em imóvel de outro ente federativo 367

Doação de recursos ao executivo – Ilegalidade 368

JURISPRUDÊNCIA**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Legitimidade do Estado para ajuizar ação de cobrança de multa aplicada a gestor municipal 370

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Possibilidade de apreciação pelo Judiciário da legalidade de decisão do Tribunal de Contas 377

EMENTÁRIO

Tribunal de contas – Multa aplicada – Legitimidade do Estado para ajuizar cobrança 382

Construção Civil – ISS – Base de Cálculo 382

Taxa – Emissão de carnês – Ilegalidade 382